


* Não pode ser vendido separadamente
Suplemento integrante da edição 4812 do Jornal Correio do Povo do Paraná



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. c/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028
DECRETO Nº 005/2026
02/02/2026

SÚMULA: PRORROGA PRAZO PREVISTO NO ART. 1º, DO
DECRETO Nº 105/2025, DE 05 DE AGOSTO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no exercício da competência que
lhe confere o Artigo 65, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por 180 dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da
Comissão devidamente nomeada pelo Decreto Nº 020/2025, de 07 de fevereiro de 2025.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

JAISON RODRIGO MENDES
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. c/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028
DECRETO Nº 006/2026
02/02/2026

SÚMULA: PRORROGA PRAZO PREVISTO NO ART. 1º, DO
DECRETO Nº 106/2025, DE 05 DE AGOSTO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no exercício da competência que
lhe confere o Artigo 65, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:


DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por 180 dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da
Comissão devidamente nomeada pelo Decreto Nº 021/2025, de 07 de fevereiro de 2025.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

JAISON RODRIGO MENDES
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. c/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028
DECRETO Nº 007/2026
02/02/2026

SÚMULA: AUTORIZA PONTO FACULTATIVO AO
FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL -
CARNAVAL 2026.

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no exercício da competência
que lhe confere o Artigo 65, Inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica Autorizado PONTO FACULTATIVO aos Servidores Públicos Municipais, do
dia 16 a 18 de fevereiro de 2026, em virtude das festividades de Carnaval e Quarta-feira de
Cinzas.

Parágrafo único: O referido ponto facultativo não se aplica ao Setor de Licitações da
Prefeitura Municipal.

Art. 2º Os serviços de atendimento ao público da Secretaria Municipal de Saúde, de Coleta de
Lixo Urbano e a Segurança Municipal cumprirão expedientes especiais através de escalas
e/ou plantões por serem atividades consideradas essenciais e que não podem sofrer
interrupção, cabendo aos Servidores que as exercem a compensação prevista na Lei
Municipal de nº 027/2013.

Art. 3º Qualquer serviço ou atividade realizado em desacordo com este Decreto, só poderá
ser executado quando em caráter emergencial e mediante prévia convocação e autorização
expressa do Secretário Municipal da Pasta ou do Diretor do Departamento ao qual o(a)
Servidor(a) encontrar-se subordinado(a).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em
contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

JAISON RODRIGO MENDES
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. c/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028
DECRETO Nº 010/2026
02/02/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a padronização das minutas de
contratos, anexos e instrumentos correlatos utilizados
pela Administração Municipal de Laranjeiras do
Sul/PR, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no exercício da competência
que lhe confere o Artigo 65, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município, alterada em
09/11/2016, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

DECRETA

Art. 1º As minutas de contratos, editais, termos de referência, estudo técnico preliminar,
mapa de riscos, DFD – Documento de Formalização de Demanda, declarações e demais
instrumentos correlatos passam a integrar o conjunto de modelos oficiais a serem utilizados
pela Administração Pública Direta do Laranjeiras do Sul/PR.

Art. 2º Os instrumentos mencionados no art. 1º constituem padrão obrigatório nos
procedimentos licitatórios, contratações diretas e demais ajustes celebrados pelo Município.

§ 1º A adoção de versão não padronizada somente será admitida mediante justificativa
formal e análise prévia da Procuradoria Jurídica Municipal.


§ 2º As unidades administrativas deverão zelar pelo fiel preenchimento e pela adequação das
minutas às características específicas de cada contratação.

Art. 3º As minutas oficiais deverão ser integradas aos processos administrativos desde a fase
preparatória até a assinatura do instrumento contratual, observando-se a legislação aplicável,
especialmente no tocante a prazos, obrigações, garantias e responsabilidades das partes.

Art. 4º Compete às unidades requisitantes assegurar que todas as informações específicas
relacionadas à execução contratual — como valores, cronogramas, quantitativos, vigências e
cláusulas particulares — estejam devidamente atualizadas e compatíveis com o objeto
contratado.

Art. 5º A Procuradoria Jurídica Municipal promoverá revisões periódicas das minutas
constantes deste Decreto, podendo propor aprimoramentos, ajustes ou a inclusão de novos
modelos sempre que necessário para atender à legislação vigente e às necessidades

Página 1 de 2



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. c/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028

administrativas.

Parágrafo único. As atualizações sugeridas deverão ser submetidas ao Prefeito Municipal
para validação e posterior disponibilização aos setores competentes.

Art. 6º Os órgãos municipais deverão observar as diretrizes de transparência e publicidade,
assegurando que os modelos padronizados estejam acessíveis para consulta interna e
utilização adequada pelos setores responsáveis.

Art. 7º Os modelos padronizados de minutas e instrumentos correlatos encontram-se anexos
ao site do município de Laranjeiras do Sul no endereço:
<https://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/licitacoes.php>.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

JAISON RODRIGO MENDES
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. c/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028
DECRETO Nº 011/2026
02/02/2026

SÚMULA: Regulamenta, no âmbito da Administração
Pública direta e indireta do Município de Laranjeiras
do Sul, os procedimentos para instauração do processo
administrativo para apuração de responsabilidades e
aplicações das sanções administrativas, a que se referem
a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a qual
estabeleceu normas gerais de licitação e contratação
para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e
fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal
e dos Municípios.

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no exercício da competência
que lhe confere o Artigo 65, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município, alterada em
09/11/2016, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

DECRETA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES


Art. 1º Este Decreto estabelece regras e diretrizes dos procedimentos administrativos
destinados à apuração de responsabilidades e aplicação das sanções administrativas de que
trata a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Municipal
direta, autárquica e fundacional do Município de Laranjeiras do Sul.

CAPÍTULO II
DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I
Das Infrações Administrativas

Art. 2º Será responsabilizado administrativamente o licitante ou o contratado pelas
seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao
funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente

Página 1 de 19



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. c/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028

justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,
quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo
justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar
declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de
2013.

Seção II
Das Sanções Administrativas

Art. 3º O licitante ou o fornecedor contratado que incorrer nas infrações previstas no art. 2º
deste decreto sujeita-se às seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Art. 4º Na aplicação das sanções deverão ser considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que a infração provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e
orientações dos órgãos de controle.


§ 1º São circunstâncias que agravam a sanção:
I - a reincidência;
II - não responder às notificações enviadas pela gestão do contrato;
III - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
IV - o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
V - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de
responsabilidade;

VI - a prática de infrações em outros contratos administrativos celebrados com a
administração municipal.

§ 2º Não se considera reincidência:
I - se entre a data da publicação da decisão definitiva da infração e a do cometimento de
nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;
II - se tiver ocorrido a reabilitação em relação à infração anterior.

§ 3º São circunstâncias que atenuam a sanção:
I - a primariedade;
II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

Página 2 de 19



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. c/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028

III - reparar o dano antes do julgamento;
IV - confessar a autoria da infração.

§ 4º - Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por
infração administrativa prevista em lei.

§ 5º As sanções serão aplicadas de acordo com os critérios definidos no Anexo I deste
Decreto e poderão ser atenuadas ou agravadas com base nos parâmetros determinados nos
parágrafos anteriores, mediante decisão especificamente fundamentada da autoridade
competente.

Subseção I
Da Advertência

Art. 5º A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando o contratado der causa
à inexecução parcial do contrato, desde que não se justifique a imposição de penalidade
mais grave.

Parágrafo único. A aplicação da sanção prevista no caput não será obrigatoriamente
precedida de parecer jurídico.


Subseção II
Da Multa

Art. 6º A sanção de multa, de caráter compensatório, poderá ser aplicada ao licitante,
adjudicatário ou ao contratado pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas
previstas no art. 2º deste decreto, observados os percentuais definidos nos artigos seguintes e
no Anexo I deste Decreto, exceto se o edital e/ou contrato dispuser de forma diversa.

Art. 7º A multa compensatória será aplicada nos seguintes percentuais:
I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor
estimado da contratação a que concorre o infrator licitante ou sobre o valor total do contrato
ou instrumento equivalente, pelas seguintes infrações:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente
justificado;
c) não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do
prazo de validade de sua proposta;
d) dar causa à inexecução parcial do objeto.

II - de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor estimado da
contratação a que concorre o infrator licitante ou sobre o valor total do contrato ou
instrumento equivalente, pelas seguintes infrações:
a) não celebrar o contrato;
b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar
declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Página 3 de 19



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. c/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028

f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao
funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
h) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo
justificado;
III - 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente no
caso de inexecução total do objeto. Parágrafo Único. A pena de multa poderá ser cumulada
com as demais sanções de que trata este regulamento, exceto advertência.

Art. 8º A aplicação de multa não será obrigatoriamente precedida de parecer jurídico.

Subseção III
Do Impedimento de Licitar e Contratar

Art. 9º A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar
e contratar com o Município de Laranjeiras do Sul pelo prazo máximo de três anos e será
aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidades mais graves, àquele que:
I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente
justificado;
III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,
quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
V - dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao
funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
VI - dar causa à inexecução total do objeto.

Art. 10. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de
Laranjeiras do Sul não será obrigatoriamente precedida de parecer jurídico.

Subseção IV
Da Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Art. 11. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a
administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de
três anos e máximo de seis anos, será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações:
I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar
declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 12. - A aplicação da sanção de inidoneidade para licitar e contratar será
obrigatoriamente precedida de parecer jurídico.

Página 4 de 19

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**
Estado do ParanáRua Exp. João Maria, nº 1020, eq. d/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>**GABINETE DO PREFEITO**

Creslo 2025/2028

Seção III**Da competência para aplicar as sanções**

Art. 13. A autoridade competente para instaurar o processo administrativo sancionador e aplicar as sanções de que tratam este decreto será:

- I - Da Secretaria Municipal responsável pela formalização da licitação, quando a infração for relacionada à fase licitatória;
II - Da Procuradoria Jurídica Municipal, quando a infração for relacionada à fase de execução contratual;

CAPÍTULO III
DA MULTA MORATÓRIA

Art. 14. O atraso injustificado na execução contratual sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato, e corresponderá ao percentual a ser estabelecido nos referidos instrumentos, podendo variar entre de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento).

§1º Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente comprovada pelo contratado, a incidência das seguintes situações:

- I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;
II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§2º Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil em razão da demora, segundo parecer da área técnica interessada, restará configurada inexecução contratual.

§3º O atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no cumprimento das obrigações assumidas ou que gere multa superior a 30% do valor do contrato passa a ser considerado inexecução total ou parcial do contrato, exceto se previsto de forma diversa no edital e/ou contrato.

§4º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração promova, a qualquer tempo, a extinção unilateral do contrato e aplique outras sanções contratuais e legais.

§5º No caso do parágrafo anterior, a multa de mora será convertida em multa compensatória.

Art. 15. Nos contratos por escopo fracionados em etapas com cronograma físico-financeiro, será aplicada multa de mora em todas as etapas que forem entregues em atraso, sejam elas utilizáveis ou não.

Página 5 de 19

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**
Estado do ParanáRua Exp. João Maria, nº 1020, eq. d/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>**GABINETE DO PREFEITO**

Creslo 2025/2028

Parágrafo Único. Para fins do disposto no caput deste artigo, serão consideradas:

- I - Etapa utilizável: a etapa do cronograma que, após concluída, já é passível de utilização pela Administração Municipal, independente da conclusão das etapas subsequentes do contrato;
II - Etapa não utilizável: a etapa do cronograma que, mesmo quando concluída, não possibilita a utilização pela Administração Municipal, pois ainda depende da execução das etapas futuras para serem consideradas utilizáveis.

CAPÍTULO IV
DO TEMPO E DAS NOTIFICAÇÕES

Art. 16. Os prazos processuais serão contados em dias úteis, salvo disposição expressa em sentido contrário.

§1º Considera-se dia útil o dia em que houver expediente normal na Prefeitura de Laranjeiras do Sul.

§2º Os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

§3º Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo o primeiro dia útil seguinte ao do recebimento da intimação ou notificação pelo infrator.

Art. 17. As notificações ou intimações realizadas serão consideradas recebidas pelo infrator, pelos seguintes meios:

- I - via processo digital eletrônico, onde seja possível comprovar a leitura do documento;
II - por e-mail, quando houver a confirmação do recebimento do e-mail;
III - por aplicativo whatsapp, quando possível confirmar que a mensagem foi lida;
IV - pelos correios, com a devolutiva da carta com aviso de recebimento pela agência dos correios;
V - pessoalmente, mediante coleta de assinatura do destinatário ou certificação por no mínimo dois servidores, atestando que a notificação ou intimação foi recebida; ou
VI - publicado no Diário Oficial do Município de Laranjeiras do Sul por pelo menos uma vez, se o infrator não for localizado, ou se não houver meios de comprovar o recebimento das intimações ou notificações.

Parágrafo único. Em qualquer das hipóteses do caput deste artigo, deverão ser juntados ao processo os respectivos comprovantes.

CAPÍTULO V
DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Art. 18. Para aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o processo deverá ser conduzido por comissão criada especificamente para este fim.

§1º A comissão será composta por três servidores efetivos ou empregados públicos do quadro permanente do Município de Laranjeiras do Sul, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§2º Os membros da comissão serão designados pelo dirigente máximo da entidade, por portaria, que indicará o presidente.

§3º São impedidos de participar da comissão de que trata este artigo os servidores que, nos

Página 6 de 19

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**
Estado do ParanáRua Exp. João Maria, nº 1020, eq. d/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>**GABINETE DO PREFEITO**

Creslo 2025/2028

cinco anos anteriores à instauração da comissão, tenham mantido relação jurídica com licitantes ou contratados envolvidos.

§4º Preferencialmente, a comissão de que trata o caput será permanente, podendo requisitar servidores com conhecimentos específicos para auxiliar na condução e na deliberação acerca do resultado final do processo.

§5º Poderá ser instituída mais de uma comissão de processo administrativo sancionador, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 19. Incumbirá à Comissão de Processo Administrativo Sancionador a condução do processo destinado à aplicação das penalidades indicadas no caput do art. 18, devendo, para tanto:

- I - avaliar fatos e circunstâncias conhecidos;
II - intimar o licitante, adjudicatário ou o contratado para: a) apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir; b) apresentar alegações finais, na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão;
III - apreciar o pedido de produção de provas;
IV - indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
V - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;
VI - a produção do relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção;
VII - praticar outros atos necessários à instrução processual.

Art. 20. Finda a instrução processual, a Comissão de Processo Administrativo Sancionador elaborará relatório, mencionando os fatos imputados, os dispositivos legais e regulamentares infringidos, as penas aplicáveis e as peças principais dos autos, bem como analisará as manifestações da defesa e indicará as provas que embasaram a conclusão.

§1º O relatório deverá ser conclusivo quanto à responsabilidade ou não do licitante ou contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime ou dano aos cofres públicos, sugerindo à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao setor competente para as providências cabíveis.

§2º O processo administrativo, com o relatório da Comissão, será remetido para deliberação da autoridade competente de que trata o art. 13 deste Decreto.

§3º Apresentado o relatório, a Comissão ficará à disposição da autoridade responsável pela instauração do processo para prestar qualquer esclarecimento necessário.

CAPÍTULO VI
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Art. 21. Constatada a ocorrência de infração administrativa prevista neste Decreto, o agente público responsável pela licitação ou pela fiscalização do contrato ou da ata de registro de preços deverá:

- I - notificar o fornecedor para apresentar justificativa e providências para a correção da irregularidade no prazo de 2 (dois) dias úteis;
II - analisar a justificativa de que trata o inciso I do caput deste artigo.

Página 7 de 19

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**
Estado do ParanáRua Exp. João Maria, nº 1020, eq. d/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>**GABINETE DO PREFEITO**

Creslo 2025/2028

Art. 22. Rejeitada a justificativa de que trata o inciso II do art. 21 deste Decreto, o agente de contratação responsável ou o fiscal do contrato deverá lavrar parecer técnico fundamentado, ou documento equivalente, e comunicar o fato à autoridade a quem compete a instauração do processo e aplicação da penalidade cabível, solicitando a apuração dos fatos.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento pela natureza da infração ou circunstâncias do caso, a instauração poderá ser solicitada ao setor competente independentemente de notificação prévia.

Art. 23. A solicitação de instauração do processo administrativo para apuração da irregularidade deverá conter:

- I - a identificação do licitante ou contratado;
II - o breve relato da conduta irregular e as cláusulas editalícias ou contratuais descumpridas;
III - os motivos que justificam a incidência de penalidade administrativa;
IV - os documentos que provem o relato da conduta irregular, quando houver;
V - o número do edital, do processo e do instrumento jurídico do contrato ou ata de registro de preços, termo aditivo e nota de empenho que foram descumpridos;
VI - eventuais notificações já encaminhadas ao infrator.

Parágrafo Único. Será admitida a apuração de mais de uma conduta irregular em um mesmo processo administrativo.

Art. 24. A autoridade competente analisará a solicitação e, caso entenda necessário, poderá determinar a realização de diligências antes de decidir pela instauração ou não do processo administrativo.

Parágrafo Único. A autoridade poderá determinar o arquivamento da solicitação, se concluir que a situação narrada não constitui infração contratual ou se, embora constitua infração, a punibilidade está extinta.

Art. 25. Tratando-se de conduta da qual cabe somente a aplicação das penas de advertência ou multa, seja de natureza moratória ou compensatória, a apuração da responsabilidade seguirá o procedimento sumário de que trata o Capítulo VII deste regulamento.

Art. 26. Caso a conduta infratora enseje a aplicação das penas de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a autoridade competente deverá instaurar processo administrativo sancionador, mediante Portaria, remetendo o feito à Secretaria Municipal de Finanças, para registro e distribuição à Comissão processante.

§1º Caso seja constituída mais de uma Comissão de Processo Administrativo Sancionador, o processo será distribuído de modo a garantir a uniformidade na carga de trabalho das comissões, resguardando-se a necessária aleatoriedade na distribuição.

§2º A distribuição ocorrerá por prevenção quando se tratar de novo processo com identidade de partes e contrato ou licitação.

Art. 27. Recebido o processo pela Comissão de Processo Administrativo Sancionador, o

Página 8 de 19

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**
Estado do ParanáRua Exp. João Maria, nº 1020, eq. d/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>**GABINETE DO PREFEITO**

Creslo 2025/2028

presidente designará, mediante despacho nos próprios autos, os servidores para apoio à instrução formal do processo sancionatório, na forma do art. 18, § 4º deste Decreto, requisitando-os às respectivas chefias imediatas.

Parágrafo Único. Na mesma ocasião, o presidente da comissão expedirá ofício à(s) seguradora(s), informando acerca da instauração do processo de aplicação de penalidade, conforme estipulado nas apólices ou documentos correlatos, se for o caso.

Art. 28. Instalada a comissão processante, esta dará ciência ao autuado quanto à instauração do processo para apuração de cometimento, em tese, de infração administrativa, dando-lhe oportunidade para o exercício do contraditório e ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 29. A notificação conterá, no mínimo:

- I - a identificação da pessoa jurídica e o número de sua inscrição no CNPJ, ou nome da pessoa física e sua inscrição no CPF;
II - a indicação de dados referentes ao edital ou contrato, em tese, descumprido;
III - a descrição sucinta dos atos praticados e cláusulas contratuais ou legais descumpridas, as sanções cabíveis e os percentuais de multa que poderão ser aplicados;
IV - o prazo para a apresentação da defesa escrita, bem como orientações para que o notificado possa especificar as provas que pretende produzir;
V - a maneira como deverá se dar o pedido de vistas dos autos;
VI - a indicação dos meios, local e do horário de funcionamento do órgão, se for o caso, em que a defesa deverá ser protocolizada;
VII - a indicação dos elementos materiais de prova da infração e de eventuais agravantes já identificadas; e
VIII - a informação de que o processo continuará independentemente da apresentação de defesa.

Parágrafo Único. A apresentação de defesa escrita supre qualquer alegação de irregularidade na notificação.

Art. 30. Incumbe à notificada alegar na defesa escrita, sob pena de preclusão:

- I - inexistência ou nulidade da notificação;
II - incompetência da autoridade sancionadora;
III - existência de processo administrativo, em andamento ou já encerrado, com os mesmos fundamentos jurídicos e fáticos;
IV - decisão judicial que de qualquer forma obste o regular andamento do processo administrativo; V - decadência ou prescrição;
VI - impedimento ou suspeição de membro da Comissão do Processo de Responsabilização;
VII - as provas que pretende produzir e os fatos que pretende comprovar; e
VIII - todas as questões e fatos de mérito.

§1º As provas documentais deverão ser apresentadas em anexo à própria defesa, sob pena de preclusão, admitindo-se, depois desta oportunidade, somente a juntada de documentos novos ou daqueles que, comprovadamente, não puderem ser apresentados no prazo de defesa prévia.

§2º Caso manifeste interesse na produção de prova testemunhal, o autuado deverá, desde

Página 9 de 19

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**
Estado do ParanáRua Exp. João Maria, nº 1020, eq. d/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>**GABINETE DO PREFEITO**

Creslo 2025/2028

logo, indicar as testemunhas, no número máximo de três, identificando-as e qualificando-as. §3º Serão indeferidos os depoimentos de pessoas que apresentem conhecido impedimento ou suspeição, consideradas as situações estabelecidas nos artigos 144 e 145 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Art. 31. O pedido de produção de provas deverá ser formalmente analisado e poderá ser rejeitado mediante decisão fundamentada da comissão, nos casos em que for manifestamente ilícito, impertinente, desnecessário, protelatório ou intempestivo.

Art. 32. A Comissão poderá requisitar de ofício a realização de provas, assegurando ao autuado acesso integral aos documentos e atos produzidos no processo.

Art. 33. Não será admitida a realização de perícia, todavia, poderão ser juntados ao processo laudos e outras provas técnicas, cujo ônus recairá sobre o autuado, a seu critério.

Parágrafo Único. Se não for possível a apresentação da prova técnica como anexo da defesa prévia, o autuado deve solicitar prazo para sua elaboração, fornecendo elementos para que a Comissão avalie a razoabilidade do prazo a ser conferido.

Art. 34. Se for o caso, a Comissão designará audiência para oitiva de testemunhas, ocasião em que poderá ser solicitado ou admitido o depoimento do autuado.

§1º O autuado será notificado da data, horário e local ou forma de realização da audiência, que poderá ser realizada por meio de plataforma virtual, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

§2º Caberá ao interessado comparecer à audiência e responsabilizar-se pelo comparecimento das testemunhas por ele arroladas, cuja oitiva tenha sido acolhida pela Comissão.

§3º As testemunhas indicadas pela Comissão serão comunicadas do ato por qualquer meio idôneo.

§4º Caso constatada situação de impedimento ou suspeição de testemunha, não verificada anteriormente, seu depoimento será indeferido na audiência.

§5º A audiência poderá ser gravada ou transcrita e dos atos do processo constarão os respectivos termos e vídeos, se for o caso.

§6º O autuado poderá ser representado em audiência por advogado com poderes expressos, hipótese em que será dispensado seu comparecimento, exceto se requerido seu depoimento.

Art. 35. Concluída a instrução probatória, será concedido novo prazo de 15 (quinze) dias úteis ao processado, para alegações finais, podendo sua notificação ocorrer na própria audiência de instrução e, neste caso, deverá ser consignada em ata o termo.

Parágrafo Único. A apresentação de alegações finais poderá ser realizada de forma oral, na própria audiência, inclusive de maneira remissiva à defesa prévia, a critério do autuado.

Art. 36. Decorrido o prazo de alegações finais, com ou sem manifestação do processado, a Comissão lavrará relatório conclusivo, que será submetido à autoridade competente, para que profira decisão e notifique o autuado.

Parágrafo Único. Caso o autuado não tenha solicitado a dilação probatória ou, solicitada, a Comissão entenda pelo indeferimento, e desde que não tenham sido anexadas ao processo

Página 10 de 19

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**
Estado do ParanáRua Exp. João Maria, nº 1020, eq. d/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>**GABINETE DO PREFEITO**

Creslo 2025/2028

novas provas depois de sua instauração, o relatório será lavrado após a apresentação da defesa prévia.

Art. 37. Sempre que o relatório concluir pela aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a autoridade competente para aplicar a sanção colherá parecer jurídico antes de sua deliberação.

Art. 38. Durante o transcurso do processo de apuração de infração contratual, eventual garantia contratual apresentada pela autuada será retida, ainda que o contrato se encerre. Parágrafo Único. A garantia será liberada somente depois de solucionado o processo e, se for o caso, julgado eventual recurso, bem como, executada a multa.

CAPÍTULO VII
DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Art. 39. Quando constatados indícios de prática de infração da qual cabe somente a aplicação das penas de advertência ou multa, a autoridade competente de que trata o art. 13 deste Decreto deverá expedir Portaria instaurando procedimento sumário, o qual será conduzido pelo(s) fiscal(is) do contrato, se a conduta ocorreu na fase de execução contratual, ou pelo agente de contratações, se verificada falha na fase licitatória. Parágrafo Único. Cabe à mesma autoridade, auxiliada pelo fiscal ou agente de contratações, adotar as diligências cabíveis para que seja retida a garantia contratual, se prestada, informando as seguradoras quanto à instauração do processo de aplicação de penalidade, conforme estipulado nas apólices ou documentos correlatos.

Art. 40. Instaurado o procedimento sumário, o fiscal expedirá notificação ao autuado, para que apresente defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis, instruída com a documentação comprobatória que entender pertinente.

Parágrafo Único. No procedimento sumário, admite-se exclusivamente a produção de prova documental.

Art. 41. Caso o fiscal anexe ao processo novas provas depois da apresentação da defesa pelo autuado, este deverá ser notificado, ao final da instrução, para apresentar alegações finais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 42. A defesa prévia e provas apresentadas serão analisadas pelo fiscal ou agente de contratação, que deve elaborar relatório e remeter ao gestor, para decisão, da qual será o notificado o autuado.

Art. 43. Na hipótese de multa moratória, o valor total da sanção pecuniária será calculado quando cessar a mora, com a entrega ou execução do objeto que estava em atraso, com o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias ou quando o valor da multa atingir 30% do valor do contato, ocasião em que a penalidade será convertida em inexecução total ou parcial.

Art. 44. Caso se entenda, no curso do procedimento sumário, que a conduta enseja a aplicação de penalidade mais grave, o fiscal deverá comunicar ao gestor, que deverá

Página 11 de 19

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**
Estado do ParanáRua Exp. João Maria, nº 1020, eq. d/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>**GABINETE DO PREFEITO**

Creslo 2025/2028

proceder conforme disposto no art. 26 deste regulamento.

CAPÍTULO VIII
DA SOLUÇÃO DO PROCESSO

Art. 45. O processo será solucionado por decisão da autoridade competente, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após encerrada a fase de instrução processual.

§1º Tratando-se de procedimento sumário, o prazo para conclusão será de 90 (noventa) dias.

§2º O prazo para conclusão do processo administrativo poderá ser prorrogado, desde que a comissão ou agente processante apresente à autoridade competente para aplicação das sanções os motivos pelos quais não foi possível a solução no prazo inicialmente previsto.

§3º Caso a autoridade competente entenda que os motivos apresentados não são acetáveis, poderá atribuir a outra comissão ou agente público a condução do processo, concedendo-lhe novo prazo.

Art. 46. O ato decisório conterá relatório com os nomes das partes, a identificação do caso, referências ao pedido de instauração do processo, aos fatos e direitos alegados pelo processado e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo, bem como seus fundamentos.

Parágrafo Único. A notificação acerca da decisão ocorrerá conforme estabelecido no art. 17 deste Decreto e deverá conter o prazo e instruções para interposição de recurso.

CAPÍTULO IX
DOS RECURSOS

Art. 47. Da aplicação das penalidades previstas neste Decreto caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação da decisão.

§1º O recurso de que trata o caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação ao Reitor Municipal, para decisão.

§2º Caberá ao recorrente alegar, no recurso de que trata o caput deste artigo, eventual nulidade processual e/ou quaisquer insurgências contra os atos produzidos durante a condução do processo.

Art. 48. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Art. 49. No recurso, não será admitida a produção de provas, tampouco a discussão de assuntos que não tenham sido alegados durante a primeira fase do processo.

CAPÍTULO X
DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 50. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso

Página 12 de 19

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**
Estado do ParanáRua Exp. João Maria, nº 1020, eq. d/ Avenida Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>**GABINETE DO PREFEITO**

Creslo 2025/2028

do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, para provocar confusão patrimonial e/ou frustrar a execução.

Parágrafo único. Todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 51. A desconsideração da personalidade jurídica será feita em processo próprio e incidental, que tramitará vinculado ao processo de responsabilização, ainda que instaurado após a decisão definitiva deste.

§1º O processo de desconsideração será instaurado e julgado pela autoridade responsável pela instauração do processo de responsabilização e conduzido pelo mesmo servidor responsável ou comissão.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. 1/ Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Genial 2025/2028

pessoas físicas e jurídicas abrangidas pela extensão da desconsideração tenham prosseguimento as sanções aplicadas.

CAPÍTULO XI
DO CÔMPUTO DAS SANÇÕES

Art. 54. Sobrevida nova condenação, no curso de lapso temporal das sanções para as infrações de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o período da nova sanção será somado ao remanescente.

CAPÍTULO XII
DA EXECUÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS REGISTROS

Art. 55. Decorrido o prazo recursal sem qualquer manifestação ou verificada a coisa julgada administrativa, terá início a execução da sanção imposta e os respectivos registros.

Art. 56. A multa será executada da seguinte forma:
I - descontada do valor de pagamento devido à apenada;
II - descontada do valor da garantia, se na modalidade caução em dinheiro;
III - descontada do valor da apólice de seguro ou fiança;
IV - descontada do valor de pagamento devido à apenada, originado de outras relações jurídicas que mantenham com a Administração contratante;
V - paga diretamente ao erário, recolhida em parcela única no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
§1º Caso a execução da multa se dê pela forma prevista nos incisos II e III do caput, a pessoa jurídica penalizada deverá complementar o valor da garantia no prazo de dez dias úteis, sob pena de responsabilização, exceto se já extinto o contrato.
§2º Se a multa não for recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, o valor será acrescido de correção monetária pelo índice IPCA-E e juros moratórios de 1% ao mês, calculados de forma simples, a partir da data de vencimento.
§3º A dívida não adimplida será inscrita em dívida ativa e sujeita à cobrança mediante protesto e/ou execução fiscal.

Art. 57. As sanções aplicadas serão registradas nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, anotadas no histórico cadastral da empresa, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

Art. 58. O não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos, além da aplicação das sanções previstas neste decreto, poderá gerar a extinção unilateral do contrato, bem como, a responsabilização da contratada pelos prejuízos causados à Administração ou a terceiros.

CAPÍTULO XI
DA REABILITAÇÃO

Art. 59. É admitida a reabilitação do condenado perante a própria autoridade que aplicou a

Página 14 de 19



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. 1/ Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Genial 2025/2028

penalidade, exigidos, cumulativamente:
I - reparação integral do dano causado à administração;
II - pagamento total da multa;
III - transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade;
IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e
V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
§1º A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 2º exigirá, como condição de reabilitação, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
§2º Após decisão da autoridade competente, deverão ser tomadas as providências para retirada da pessoa jurídica dos cadastros restritivos de licitar e contratar.

CAPÍTULO XVIII
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 60. As disposições deste decreto só serão aplicadas às licitações e às contratações diretas realizadas sob o regimento da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste decreto às licitações e contratos em trâmite ou em vigor na data de sua publicação, desde que regidas pela Lei nº 14.133, de 2021, exceto naquilo que conflitar com as regras do edital ou contrato vigente.

Art. 62. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

JAISON RODRIGO MENDES
Prefeito Municipal

Página 15 de 19



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. 1/ Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Genial 2025/2028

ANEXO I
GRADUAÇÃO DAS PENALIDADES

Parte 1 - Condutas Infratoras Relacionadas à Fase Licitação

	Condutas infratoras relacionadas à fase licitatória	Ocorrência e Reincidência					
		Grau de Severidade					
		Moderado					
		M1	M2	M3	G1	G2	
1	Deixar de apresentar proposta de preços ajustada, documentos pertinentes da proposta, catálogos ou documentos de habilitação			1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	
2	Deixar de enviar amostras, ou encaminhar em evidente desconformidade com o instrumento convocatório				1ª Vez	2ª Vez	
3	Abandonar o certame				1ª Vez	2ª Vez	
4	Deixar de atender as diligências ou de enviar documentos relacionados às diligências	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	
5	Manifestar intenção de recurso meramente protelatório (nos casos em que não há apresentação de razões recursais ou destinação do recurso)			1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	
7	Solicitar desclassificação do item vencido, sem a devida justificativa	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	
8	Recusar-se a assinar Ata de Registro de Preços ou Contrato						1ª Vez
9	Deixar de apresentar garantia exigida em edital no ato da assinatura do contrato			1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	
10	Agir em conluio com outros fornecedores com vistas a frustrar o certame						1ª Vez
11	Tumultuar o certame visando frustrar os objetivos da licitação				1ª Vez	2ª Vez	
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013						1ª Vez

* O rol de infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de sanções em razão de outras condutas previstas em lei, edital ou contrato.
** As infrações serão consideradas de grau leve, moderado ou grave.
*** As sanções serão aplicadas conforme segue:

A) Pelas condutas infratoras relacionadas nas linhas 01 a 09, será aplicada multa compensatória que será calculada da seguinte forma:
• M1 = 1% (um por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.

Página 16 de 19



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. 1/ Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Genial 2025/2028

- M2 = 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.
- M3 = 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.
- G1 = 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.
- G2 = 15% (quinze por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.

B) A aplicação das multas de grau G2 poderá ser acompanhada da sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Laranjeiras do Sul pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) meses.

C) Pelas condutas infratoras relacionadas nas linhas 10 a 12 será aplicada multa compensatória que será calculada da seguinte forma:

- G1 = 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.
- G2 = 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.

D) A aplicação da multa de Graus G1 ou G2 será acompanhada da declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo período mínimo de 03 (três) anos.

Parte 2 - Condutas Infratoras Relacionadas à Fase Da Execução Contratual

	Condutas infratoras relacionadas à fase da execução contratual	Ocorrência e Reincidência					
		Grau de Severidade					
		Moderado					
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
13	Não manter atualizado os registros para contrato	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
14	Não responder a contatos ou solicitações da administração	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
14	Preposto ou integrante da equipe não se apresentar em reunião pré-agendada, sem a devida justificativa	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
15	O não cumprimento de cláusulas contratuais, além das já especificadas nas demais linhas	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
16	Não manter, durante toda a execução contratual as mesmas condições de habilitação	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
17	O desatendimento de determinações regulares da equipe de fiscalização	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
18	Emitir nota fiscal sem autorização do faturamento ou atrasar a apresentação da nota fiscal sem justificativa	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez

Página 17 de 19



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. 1/ Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Genial 2025/2028

19	Envio de notas fiscais fora das exigências do instrumento convocatório	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
20	Subcontratar total ou parcial do objeto, sem a devida autorização	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
21	Deixar de fornecer ou fiscalizar o uso de equipamentos de proteção individual e equipamentos de proteção coletiva	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
22	Atrasar injustificadamente o início da execução do objeto		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
23	Falhar na execução pós entrega, como deixar de atender garantias legais ou corrigir falhas em instalações		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
24	Causar lentidão no cumprimento do serviço ou obra, impossibilitando a administração da sua conclusão		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
25	Deixar de cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os funcionários envolvidos na execução do objeto		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
26	Suspender ou interromper os serviços salvo por motivo de força maior ou caso fortuito devidamente ACEITO pelo contratante		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
27	Quando ficar evidenciado que o fornecedor realizou atividade de quebra ou ameaça à segurança das informações da Administração Municipal		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
28	Criar embargos ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
29	Abandonar a execução contratual						1ª Vez
30	Desistir de prorrogação contratual após sua expressa manifestação de interesse na prorrogação						1ª Vez
31	Atrasar a execução contratual, quando ensejar a rescisão do contrato						1ª Vez
32	Atrasar a execução contratual, quando ensejar a rescisão do contrato						1ª Vez

* O rol de infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de sanções em razão de outras condutas previstas em lei, edital ou contrato.
** As infrações serão consideradas de grau leve, moderado ou grave.
*** As sanções serão aplicadas conforme segue:

A) Para as infrações cometidas que sejam consideradas de grau leve (L1), será aplicada a penalidade de ADVERTÊNCIA, sem aplicação de multa.

Página 18 de 19



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. 1/ Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Genial 2025/2028

B) Pelas condutas infratoras relacionadas nas linhas 12 a 22, será aplicada multa compensatória que será calculada da seguinte forma:
• M1 = 1% (um por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
• M2 = 2% (dois por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
• M3 = 5% (cinco por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
• G1 = 10% (dez por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
• G2 = 15% (quinze por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.

C) A aplicação das multas de grau G2 poderá ser acompanhada da sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Laranjeiras do Sul pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) meses.

D) Pelas condutas infratoras relacionadas nas linhas 23 a 28, será aplicada a penalidade de multa compensatória que será calculada da seguinte forma:

- M1 = 15% (quinze por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
- M2 = 20% (vinte por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
- M3 = 20% (vinte por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
- G1 = 25% (vinte e cinco por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
- G2 = 30% (trinta por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.

E) A aplicação das multas de grau G2 poderá ser acompanhada da sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Laranjeiras do Sul pelo prazo de 03 (três) anos.

F) Pelas condutas infratoras relacionadas nas linhas 29 a 31 será aplicada multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre instrumento equivalente e a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Laranjeiras do Sul pelo período de 03 (três) anos.

G) Pelas condutas infratoras relacionadas na linha 32 será aplicada multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre instrumento equivalente e a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período mínimo de 03 (três) anos.

Página 19 de 19



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. 1/ Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Genial 2025/2028

DECRETO Nº 012/2026
02/02/2026

SÚMULA: PRORROGA ISENÇÕES PARA IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2026 NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no exercício da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam prorrogadas, automaticamente, as isenções concedidas no ano de 2025 para o ano de 2026, sendo desnecessária a apresentação dos documentos comprobatórios.

Parágrafo único: Fica garantido, na presença de fatos novos ou protocolos novos, a análise pela auditoria tributária do Município, para deferimento ou não da isenção do IPTU 2026, dos contribuintes que se enquadram nas condições previstas na Lei Municipal nº. 047/2001 e suas alterações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 02 de fevereiro de 2026.

JAISON RODRIGO MENDES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL
CNPJ Nº. 76.205.970/0001-95
RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO MARIA, 1020 – CENTRO – 85.301-410
ATO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apólice de seguro para os veículos que compõem a frota do município de Laranjeiras do Sul, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas.

Tipo de licitação: Menor Preço Por Lote.

Modo de disputa: Aberto.

Abertura da sessão pública: 20/02/2026, às 13h00min., no site www.licitanet.com.br/.

Informações Sobre Edital: A íntegra deste Edital e seus anexos estarão disponíveis no site do município.

Laranjeiras do Sul-PR, 02 de fevereiro de 2026.

Jaíson Rodrigo Mendes
Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. 1/ Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Genial 2025/2028

EDITAL 004/2026 – CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS Nº 001/2026 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL.

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado – CPSS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 176/2025, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente edital contendo a CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, destinado à contratação temporária de PROFESSOR DE ARTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – INGLÊS para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Tecnologia e Inovação do município de Laranjeiras do Sul. Considerando que não houve interposição de recursos no período destinado às inscrições indeferidas, conforme Edital nº 003/2026, segue abaixo a relação da classificação preliminar dos candidatos.

1- CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS – ARTE

Classificação	Nome completo	Data de nascimento	Licenciatura na Área do Cargo	Licenciatura plena em outras áreas	Especialização	Mestrado	Doutorado	Formação Continuada	Tempo de serviço	Nota final
1	Juliane Danczuk Padilha	12/01/1982	15	5	30	0	0	20	20	90
2	Ana Mahia Vanessa Jakobowski	28/11/1994	15	0	30	0	0	20	10	76
3	Zélia Maria da Silva	04/10/1973	15	5	30	0	0	0	20	70

1




MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 1020, eq. 1/ Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Genial 2025/2028

4	Zelia Schimboski Gavlik	08/02/1970	15	5	10	0	0	20	20	70
5	Adriana Peschisky Pawlak	10/01/1986	15	5	10	0	0	18	6	54
6	Luciana Scabeni de Mattos	25/03/1979	15	5	30	0	0	0	0	50
7	Elisiane dos Santos	03/08/1986	15	5	30	0	0	0	0	50
8	Silmara Helena Bonetti Tschio	03/06/1974	15	0	0	0	0	0	20	



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 3202, eqs. II Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 16.205.870/0001-12 Fone: (42) 3637-1148 Fax: (42) 3637-1148

GABINETE DO PREFEITO

Setor: 2025/2026

12	Eldir Laborato Bispo de Matos	14/04/1990	15	5	10	0	0	0	0	30
13	Tatiana Aparecida Moretti	27/10/1997	15	5	10	0	0	0	0	30
14	Iêda Vieira de Sousa Glock	23/03/1968	15	0	10	0	0	0	0	25
15	André Oliveira Vainer	23/09/1986	15	0	3	0	0	0	0	18
16	Edemilton Matoso Fernandes	07/03/1988	15	0	0	0	0	0	0	15
17	Bruna Lange Martins	13/07/2000	15	0	0	0	0	0	0	15
18	Jonesvan Lucas Gonçalves	16/01/2001	15	0	0	0	0	0	0	15

3- CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS – LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)

Classif	Nome completo	Data de nascimento	Licenciatura na área do Cargo	Licenciatura plena em outras áreas	Especia lização	Mestrado	Doutorado	Formação Continuada	Tempo de serviço	Nota final
1	Alessandra Zavelinski de Jesus	17/07/1995	15	5	20	0	0	20	14	74

4



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 3202, eqs. II Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 16.205.870/0001-12 Fone: (42) 3637-1148 Fax: (42) 3637-1148

GABINETE DO PREFEITO

Setor: 2025/2026

2	Keila Cristina Ramos Pereira	06/06/1987	15	0	0	0	0	20	20	55
3	Thiemy Takashima Tierling Lautenschlaeger	10/09/1999	15	0	0	0	0	10	18	43
4	Gustavo Oliveira	01/11/2001	15	0	0	0	0	0	2	17

Obs: Os candidatos poderão interpor recurso contra o resultado da nota preliminar da avaliação de títulos e contra a classificação preliminar, conforme as orientações e os prazos estabelecidos no Anexo IV do Edital de Abertura do referido PSS.

Critérios de Desempate: Conforme o item 6.5 do Edital nº 001/2026 do PSS, em caso de empate na pontuação final, o desempate será definido, sucessivamente, pelos seguintes critérios:
a) Maior pontuação na categoria "Formação Acadêmica" (somente os itens da tabela);
b) Maior pontuação na categoria "Tempo de Serviço na Área";
c) Maior idade.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 3202, eqs. II Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 16.205.870/0001-12 Fone: (42) 3637-1148 Fax: (42) 3637-1148

GABINETE DO PREFEITO

Setor: 2025/2026

RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Nº Inscrição	Inscrição data/hora	Nome completo	Data de Nascimento	FORMAÇÃO	Situação
3	20/01/2026 11:50:42	Pedro Augusto Winski	11/06/2008	Ensino Médio Técnico	Indeferida/ Item 4.2
11	21/01/2026 14:35:43	Solange Maron Iagias	06/07/1992	Arte	Indeferida/ Item 4.2
12	21/01/2026 16:06:10	Jorge Alex Pedroso Ruas	31/03/1988	Educação Física	Indeferida/ Item 4.2
13	21/01/2026 16:39:22	Mateus Alves Badotti	06/04/1994	Educação Física	Indeferida/ Item 4.2
15	22/01/2026 12:45:54	Eliane Russen	06/08/1995	Educação Física	Indeferida/ Item 4.2
17	22/01/2026 16:49:50	Sandri Karina Drabetski dos Santos	05/09/1994	Pedagogia	Indeferida/ Item 4.2
18	22/01/2026 19:07:02	Kaliya Eduarda Carli	21/02/2006	Letras/Inglês	Indeferida/ Item 4.2
21	22/01/2026 23:22:58	Gustavo Henrique dos Santos	12/01/1999	Arte	Indeferida/ Item 4.2
27	24/01/2026 20:51:52	Viviane de Fátima Huf	18/03/1997	Educação Física	Indeferida/ Item 4.2
33	26/01/2026 11:27:51	Luiz Carlos de Oliveira Luz	31/07/1973	Educação Física	Indeferida/ Item 4.2
38	26/01/2026 14:26:28	Gislene Andreotti Nickel	28/01/1984	Pedagogia	Indeferida/ Item 4.2
42	26/01/2026 18:49:53	Denise Ferreira De Andrade	22/06/2004	Arte	Indeferida/ Item 4.2

6



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Exp. João Maria, nº 3202, eqs. II Avenida Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410
CNPJ: 16.205.870/0001-12 Fone: (42) 3637-1148 Fax: (42) 3637-1148

GABINETE DO PREFEITO

Setor: 2025/2026

47	26/01/2026 22:10:53	Dhemyfer de Oliveira dos Santos	05/09/1996	Pedagogia	Indeferida/ Item 4.2
----	---------------------	---------------------------------	------------	-----------	----------------------

Obs: As inscrições indeferidas não participaram da etapa de análise de títulos devido ao não atendimento aos critérios de inscrição do Edital 001/2026.

Laranjeiras do Sul, 02 de fevereiro de 2026.



JAQUELINE BOENO D'AVILA

PRESIDENTE

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CPSS

DECRETO Nº 176/2025



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

DECRETO N.º 28, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Nomeia Servidor para Cargo de Provimento Efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. LUANA APARECIDA GOMES DOS SANTOS, no cargo de Provimento Efetivo de Professor, nível B01, a partir de 02 de fevereiro de 2026, em virtude da aprovação no Concurso Público nº. 01/2024, Regime Jurídico Estatutário, homologado pelo Edital nº. 12/2024.

Art. 2º. O candidato, empossado e lotado, tendo sido cumpridas todas as exigências e formalidades legais em vigor, que regem a matéria, submeter-se-á ao regime jurídico estatutário (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei nº. 374/2004), inclusive quanto ao período de 03 (três) anos para fim de estabilidade.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná.



FABIO ROBERTO DOS SANTOS

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

DECRETO N.º 29, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Nomeia Servidor Público Municipal para cargo em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. NEOLI KAFY RYGUE OLIBIO, para o cargo em Comissão de Assessor de Articulação Política, lotado no Gabinete do Prefeito, sob símbolo CC2, a partir de 02 de fevereiro de 2026, em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.345/2022.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, 02 de fevereiro de 2026.



FABIO ROBERTO DOS SANTOS

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

DECRETO N.º 30, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Nomeia Servidor Público Municipal para cargo em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. SILVIA LETÍCIA TOMKIEL, para o cargo em Comissão de Assessor Especial da Secretaria de Governo, lotado na Secretaria de Governo, sob símbolo CC2, a partir de 02 de fevereiro de 2026, em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.345/2022.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, 02 de fevereiro de 2026.



FABIO ROBERTO DOS SANTOS

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

DECRETO N.º 31, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Exonera, Servidor Público municipal ocupante de cargo efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonera da, A PEDIDO, a servidora pública municipal Sra. CHAINE MIORANZA, portadora da matrícula nº 1647-1, do cargo de Oficial de Compras e Licitações, desde o dia 02 fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, 02 de fevereiro de 2026.



FABIO ROBERTO DOS SANTOS

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

DECRETO N.º 32, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Exonera, Servidor Público municipal ocupante de cargo efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonera da, A PEDIDO, a servidora pública municipal Sra. ELIANE FIORI GALVÃO, portadora da matrícula nº 1595-2, do cargo de Professora, desde o dia 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, 02 de fevereiro de 2026.



FABIO ROBERTO DOS SANTOS

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 263/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.648/0001-12, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito em exercício, o Sr. FABIO ROBERTO DOS SANTOS.

Contratado: PRIME CONSULTORIA E ACESSORIA EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.340.639/0001-30, com sede na Calçada Canopó, nº 11, 2º Andar, Sala 03, Centro de Apoio II, Bairro Alphaville Empresarial, CEP 06.541-078, na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, doravante designada CONTRATADA, representada pela Sr.(a) RENATA NUNES FERREIRA.

DO OBJETO DO CONTRATO: A contratação de empresa especializada em prestação de serviço de gerenciamento e abastecimento com utilização de TAG com tecnologia RFID e implantação de rede credenciada de postos para aquisição de combustível para a frota municipal.

PRIME CONSULTORIA E ACESSORIA EMPRESARIAL LTDA - CNPJ: 05.340.639/0001-30					
Lote	Item	Nome do produto/serviço	Qtd	Un	Taxa (%)
1	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO COM TAG	1,00	UN	-4,25
		Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de gerenciamento e abastecimento com utilização de TAG com tecnologia RFID e implantação de rede credenciada de postos para aquisição de combustível para a frota de veículos da Prefeitura de Nova Laranjeiras.			-4,25
TOTAL					-4,25

DO VALOR DO CONTRATO

Pela execução do objeto o contratante pagará ao contratado o valor global de até **R\$ 2.657.062,50** (dois milhões seiscentos e cinquenta e sete mil sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026, fonte de recursos próprios do Município, nas seguintes funcionais programáticas:

Exercício da Despesa	Funcional Programática	Conta	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa
2026	04.122.0002.2004	60	000	3.90.30.00.00
2026	04.122.0003.2014	460	000	3.90.30.00.00
2026	04.122.0003.2014	470	1045	3.90.30.00.00
2026	04.122.0003.2014	480	1065	3.90.30.00.00
2026	15.451.0005.2026	1360	000	3.90.30.00.00
2026	12.361.0007.2053	2370	103	3.90.30.00.00
2026	12.361.0007.2053	2380	104	3.90.30.00.00
2026	12.361.0007.2053	2390	107	3.90.30.00.00
2026	27.812.0015.2059	2740	000	3.90.30.00.00
2026	10.301.0008.2087	3060	303	3.90.30.00.00
2026	08.244.0009.2087	4140	000	3.90.30.00.00
2026	20.606.0011.2093	4340	000	3.90.30.00.00
2026	26.782.0014.2102	4680	000	3.90.30.00.00
2026	26.782.0014.2102	4700	512	3.90.30.00.00
2026	26.782.0014.2102	4710	1045	3.90.30.00.00
2026	26.782.0014.2102	4720	1065	3.90.30.00.00



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148

DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA:

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

O FORO:

Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 30 de janeiro de 2026.



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, CEP: 85350-000, Fone: (42) 3637-1148

GABINETE DO PREFEITO

TERMO CESSÃO DE SERVIDOR Nº 001/2026.

TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA LARANJEIRAS - APAE, CONFORME CLÁUSULAS ABAIXO.

O MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 95.587.648/0001-12, com sede administrativa localizada na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, pertencente à Comarca de Laranjeiras do Sul - PR, doravante denominada CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor FABIO ROBERTO DOS SANTOS, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 787.632.829-68 e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA LARANJEIRAS - APAE, com sede na Rua Professor Estanislau Kuratowski, 70, Centro, Nova Laranjeiras/PR, inscrita no CNPJ nº 07.860.255/0001-73, doravante denominada CESSIONÁRIA neste ato representada por seu Presidente, VILSON DETZ DOLA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na rua Rio Grande do Sul, 2660, Nova Laranjeiras/PR, portador da Cédula de Identidade nº 7.807.900-2 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 050.304.009-66, firmam, com amparo na Lei Municipal nº 1134/2017, de 22 de fevereiro de 2017, o presente Termo de Cessão de Servidor Público Municipal, mediante cláusulas e condições que abaixo segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a cessão da servidora SANDRA REGINA LICZBINSKI, portadora do RG nº 7.219.992-8 e CPF nº. 024.860.709-07, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Em Gestão Pública, com jornada de trabalho semanal de 40 horas, Nível de Vencimento 1.003, Regime Jurídico Estatutário, matrícula funcional nº 1302-1 e a servidora RITA ELIZABETE ROSSA BABINSKI, portadora do RG nº 8.350.590-7 e CPF nº. 030.458.809-16, ocupante do Cargo Efetivo de Professora com jornada de trabalho semanal de 40 horas, Nível de Vencimento C07, Regime Jurídico Estatutário, matrícula funcional nº 1083-1, professor titular de Cargo de Carreira do Magistério Público Municipal, com atuação na educação infantil anos iniciais do ensino fundamental para exercer a função de professora na Escola de Educação Especial Professora Ivone Ana Wrubel Teixeira.


Parágrafo único. A carga horária da presente Cessão é de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL

O presente instrumento está amparado pela Lei Municipal nº 1134/2017, de 22 de fevereiro de 2017, combinado com artigo 104, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Nova Laranjeiras, bem como a lei nº 1.401/2023, de 24 de outubro de 2023.



1



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, CEP 85350-000, Fone: (42) 3637-1148
GABINETE DO PREFEITO

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES

I - Compete à CESSIONÁRIA:

a) Processar a folha de frequência mensal da Servidora ora cedida e encaminhar à CEDENTE até o dia 30 de cada mês;

b) Encaminhar à CEDENTE quaisquer eventos relativos à vida funcional da Servidora;

c) Encaminhar à CEDENTE atestados médicos entregues pela Servidora;

d) Encaminhar à CEDENTE, para fins de controle funcional, a escala de férias da Servidora Cedida, assim como, eventuais períodos de licença;

e) Prestar todas as informações necessárias à CEDENTE correlacionadas ao objeto do presente instrumento;

f) Não dispor, tampouco ceder, a servidora a outro Poder ou Órgão da Administração Direta e Indireta, seja da esfera federal, estadual ou municipal.

II - Compete à CEDENTE:

a) colocar a Servidora cedida à inteira disposição da CESSIONÁRIA;

b) garantir a Servidora cedida todos os direitos assegurados por Lei, comunicando a CESSIONÁRIA quaisquer alterações;

c) remunerar a Servidora cedida, mediante pagamento dos valores do cargo efetivo e encargos sociais;

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não se consigna transferência financeira entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO


O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por acordo das partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser rescindido a qualquer tempo por conveniência das Partes ou por simples denuncia de uma delas, desde que a outra seja notificada por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento do presente Termo serão resolvidos em comum acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.



2



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, CEP 85350-000, Fone: (42) 3637-1148
GABINETE DO PREFEITO

Não se estabelecerá entre a Servidora cedida e a Cessionária qualquer tipo de relação jurídica trabalhista, seja qual for a sua natureza.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo que não puderem ser solucionadas de comum acordo entre as partes.

E por estarem justos e concordes assinam as partes, o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Nova Laranjeiras/PR, 03 de fevereiro de 2026.



FABIO ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal



VILSON DETZ DOLA
Presidente da APAE de Nova Laranjeiras/PR

Testemunhas:



Nome: Andrei Basso dos Santos
CPF: 104.966.949-52



Nome: Fabiano Roberto dos Santos
CPF: 062.546.709-47



Município de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
CNPJ 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro - CEP 85.350-000
Fone: (42) 3637-1148

Pregão
Nº 77/2025

Processo Adm: 264/2025
Data do Processo: 23/12/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo
b) Nr. Licitação
c) Modalidade
d) Data de Homologação
e) Objeto da Licitação

264/2025
77/2025
Pregão
02/02/2026
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NAS LINHAS: LINHA BURITI, LINHA BANANAS, LINHA SÃO PAULO (ASS. XAGU), LINHA FAZENDA VELHA, LINHA GUAJUVIRA/APAE E LINHA RESERVA INDÍGENA, COM FORNECIMENTO DE MOTORISTA HABILITADO E VEÍCULO AUTOMOTOR LICENCIADO, EM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE SEGURANÇA E CONFORTO, DESTINADO AO TRANSPORTE DOS ESTUDANTES DO MUNICÍPIO

Empresa(s) vencedora(s):

REGINALDO GABARDO LTDA - CNPJ 26.808.502/0001-37	Un	Quant	Preço	Preço Total
1 2 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA BANANAS - VEÍCULO VAN Sai da escola, seguindo até o ponto de ônibus após a casa do Sr. Geraldo, retornando em direção ao Moínho Velho e passando pela propriedade do Cláudio. Em seguida, retorna até a casa da Sra. Ivonir e volta à escola. Na segunda viagem, sai novamente da escola, segue até o ponto de ônibus, continuando até a propriedade do Saulo Mores e do Cláudio, retornando à escola. Depois segue pelo Calçamento até a casa da Dona Aline, segue até a Fazenda Romansini retornando pela mesma, passando pelo bar do Everaldo e seguindo até a escola. Percorrendo 60.800 (sessenta quilômetros, oitocentos metros) diários nos períodos da manhã, meio-dia e tarde. Observação: - Veículo tipo van; - Capacidade mínima para 9 passageiros.	KM	12160,00	4,83	58.732,80
1 4 TRANSPORTE ESCOLAR - FAZENDA VELHA - VEÍCULO VAN Saindo da Escola Ely, segue até o ponto azul da fazenda velha no Sr. Erasmo, retorna no quatro encruzo até a casa do Sr. Osmar Nascimento, passando na casa da Sra. Marlene Roseia, retornando até o ponto azul, passando no Sr. Claudir e retornando no ponto azul daí segue em frente até na fazenda do Sr. André Sávio, retorna e segue até o Sr. Romário, Zé Iaguan, subindo até no ponto do Sr. Alfredo, segue na casa do Sr. Alcedino Moreira, segue até Reginaldo Dola na parte da manhã e segue até as escolas da cidade. Percorrendo 111.800 (cento e onze	KM	22360,00	4,89	109.340,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND/PR
CNPJ n.º 95.587.622/0001-74, Avenida XV de Novembro, nº 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, CEP.: 85.390-000

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Nº 001/2025
Edital Nº 014/2025

A Comissão Examinadora, nomeada pelo Decreto nº 239/2025 de 29 de setembro de 2025, torna público.

1. DA CONVOCAÇÃO

Atendendo à necessidade atual da Administração Pública Municipal de Virmond, Estado do Paraná, os candidatos listados a seguir deverão comparecer à Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste Edital, para assinatura do contrato e início dos trabalhos, sob pena de decadência do direito à contratação.

CONCORRENTE	CLASSIFICAÇÃO	CARGO
ANA CLAUDIA JASINSKI	15º	PROFESSOR
ALINE SEGUNDA	16º	PROFESSOR
MARILETE BAGDZINSKI	17º	PROFESSOR
INSER KELI DE PAULA	18º	PROFESSOR
AKILA PRISCILA LIMA DE SOUZA DA SILVA	19º	PROFESSOR

Virmond/PR, 02 de fevereiro de 2026.

PAULO AUGUSTO MIERJAM
PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ:MF 01.612.634/0001-68
AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3194-0022
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

DECRETO Nº. 002
DATA: 09/01/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar.

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 1.060, de 30/10/2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para o exercício financeiro de 2026, no valor de R\$ 44.286,62 (quarenta e quatro mil, duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos) nas dotações indicadas na forma do Anexo a este Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto de conformidade com o artigo anterior será utilizado o superávit financeiro de recursos livres e vinculados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 09 DE JANEIRO DE 2026.

AGENOR BERTONCELO
Prefeito Municipal



Município de Espigão Alto do Iguaçu - 2026
Relatório de alteração orçamentária por crédito, recurso do crédito adicional e operação

Leilão nº 2438 - Decreto nº 2/2026 de 09/01/2026
Autorização: 2381 Lei ordinária
Escopo: Lei Orçamentária Anual - LOA
Nº: 1060
Ano: 2025

Despesa	Recurso do crédito adicional	Anulação	Acrescimo	
06 SECRETARIA DE SAUDE	Superávit Financeiro		10.000,00	
06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Acrescimo		
10.301.1001.2041 Assistência Especializada - Condorcio Intermunicipal de Saude		Abertura		
3.3.72.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA			20.000,00	
2712 00494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saude				
06 SECRETARIA DE SAUDE		Acrescimo		
06.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Abertura		
10.301.1001.2041 Assistência Especializada - Condorcio Intermunicipal de Saude			4.286,62	
3.3.72.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA				
2711 04063 Assistência Farmaceutica				
07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		Acrescimo		
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		Abertura		
08.244.0801.2057 Apoio a População Carente			10.000,00	
3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES				
3851 01022 Transferencias do Sistema Unico de Assistencia Social - SUAS -				
12 SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO		Acrescimo		
12.001 DEPARTAMENTO DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO		Abertura		
15.452.1501.2093 Manutenção de Praças, Parques e Paisagismo			44.286,62	
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA				
9200 00000 Recursos Ordinários (Livre)				
Resumo acumulado	Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Previsto	Realizado
Suplementar	Superávit Financeiro	Acrescimo	44.286,62	44.286,62



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68
AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3194-0022
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

NOTIFICAÇÃO Nº. 002/2026
Data: 31/01/2026

Súmula: Notifica Presidentes de Partidos Políticos e Presidente de Sindicato.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, em especial ao seu art. 2º, no qual determina que a Prefeitura do Município beneficiária da liberação de recursos federais, notifique os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, no prazo de dois dias úteis, contados da liberação dos recursos;

CONSIDERANDO, a edição do Decreto Municipal nº 026, de 14 de junho de 2005, no qual determinou ao Departamento de Finanças, através de seu responsável, para que se cumpra com aquela determinação legal, mediante a publicação na imprensa oficial do município, de Notificação aos Presidentes daquelas entidades.

RESOLVE

Art. 1º - NOTIFICAR os senhores Presidentes de Partidos Políticos e Presidente do Sindicato Rural do Município, abaixo relacionados, da liberação de recursos federais a Prefeitura Municipal, na forma do Anexo I, da presente notificação:

1 - Partido Democrático Trabalhista

Presidente: Joelmir C. R. de Oliveira

2 - Movimento Democrático Brasileiro

Presidente: Alcione Pegoraro

3 - Partido da Social Democracia Brasileira

Presidente: Nelson Suldovski

4 - Partido Social Democrático

Presidente: Nelto Cela Zolet

5 - Partido Socialista Brasileiro

Presidente: José Nilson Zgoda

6 - Partido Liberal

Presidente: Clarinei de Fátima Hoinoski

7 - União Brasil

Presidente: Talita Vicenzi Canzi

8 - Partido dos Trabalhadores

Presidente: Sidenei Sales

9 - Sindicato dos Trab. Rurais do Município

Presidente: Paulo Tajariol

Espigão Alto do Iguaçu, em 31 de janeiro de 2026.

Publique-se,

NELTO CELA ZOLET
Secretário de Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68
AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3194-0022
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

ANEXO I

Data Liberação	Valor R\$	Descrição Transferência	Órgão Repassador
28/01/2026	5,00	Transferência de Recursos do Simples Nacional.	Secretaria do Tesouro Nacional.
30/01/2026	15,76		
30/01/2026	5.005,29	Transferências Obrigatória Decorrente da L.C. 176/2020	Secretaria do Tesouro Nacional.
27/01/2026	12.249,88	Transferências de Recursos do Fundo Especial de Petróleo - FEP.	Secretaria do Tesouro Nacional.
29/01/2026	6.159,80	Transferência de Recursos do Bloco Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - ACES.	Fundo Nacional de Saúde.
29/01/2026	1.049,41		
29/01/2026	324,20		
30/01/2026	809.582,12	Transferência de Recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.	Secretaria do Tesouro Nacional.
27/01/2026	7.823,44	Transferência de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.	Secretaria do Tesouro Nacional.
27/01/2026	32.066,92		
30/01/2026	124.732,97		

NELTO CELA ZOLET
Secretário de Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68
AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE: (46) 3194-0022
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

PORTARIA Nº 012/2026
DATA: 02/02/2026

Súmula: Concede Licença a servidora que abaixo menciona.

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei em especial a Lei nº.608/2013 de 06/11/2013 e Lei nº. 775/2018, em seu Art. 1º, §3º.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder Licença Especial de 03 (três) meses a servidora abaixo relacionada:

SERVIDORA	PERÍODO AQUISITIVO
256-1/256-2 - TEREZINHA APARECIDA KARNOSKI	07/11/2018 a 01/06/2025

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a partir desta data.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

AGENOR BERTONCELO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 – FONE: (46) 3553-1484

85.465-000 – ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU – PARANÁ

PORTARIA Nº 013/2026
DATA: 02/02/2026

Súmula: Concede Licença a servidora que abaixo menciona.

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder Licença sem Vencimento a servidora JOCELIA DA APARECIDA CHIOSSI KRASSOSKI (8561), ocupante de cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, pelo período de 02(dois) anos conforme requerimento de solicitação, para tratar de assuntos de interesses particular.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

AGENOR BERTONCELO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 – FONE: (46) 3194-0022

85.465-000 – ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU – PARANÁ

PORTARIA Nº 014/2026
DATA: 02/02/2026

Súmula: Concede Licença a servidora que abaixo menciona.

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei em especial a Lei nº.608/2013 de 06/11/2013 e Lei nº. 775/2018, em seu Art. 1º, §3º.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder Licença Especial de 03 (três) meses a servidora abaixo relacionada:

SERVIDORA	PERÍODO AQUISITIVO
849-1 – SILMARA CZECKOSCKI DOS SANTOS	07/11/2013 a 07/11/2018

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

AGENOR BERTONCELO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 – FONE - FAX (46) 3194-0022

85.465-000 – ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU – PARANÁ

PORTARIA Nº. 015/2026
DATA: 02/02/2026

Súmula: Concede progressão funcional ao servidor que abaixo menciona.

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei e em conformidade com a Lei Complementar nº 042 de 28/11/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder progressão funcional ao servidor abaixo relacionado, relativos ao triênio 2023 – 2025:


MATRICULA/NOME	DE REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
59645 – BRUNO OLENIK	DO	DI

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a 02/01/2026.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

AGENOR BERTOCELO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 – FONE: (46) 3194-0022

85.465-000 – ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU – PARANÁ

PORTARIA Nº 016/2026
DATA: 02/02/2026

Súmula: Nomear servidora para cargo de provimento efetivo.

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º – **Nomear**, para o cargo de provimento efetivo, a candidata abaixo relaciona, aprovada no Concurso Público 001/2022.

ZELEDORA	CLASSIFICAÇÃO
Nome ELIANE DE ANDRADE CARPES	15ª

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

AGENOR BERTONCELO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026/PMEAI
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI
C/ENCLISIVIDADE DE CONTRATAÇÃO REGIONAL

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de reabilitação, destinados à Academia da Saúde, à Clínica Municipal de Fisioterapia e às Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município, visando atender os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), através da Secretaria Municipal de Saúde de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, com recursos da Resolução SESA nº 1860/2025 – Protocolo nº 25.065.243-7, em conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

As propostas serão recebidas até às 08:00 horas do dia 23/02/2026.
Autorização: Agenor Bertoncelo – Prefeito Municipal.
Informações sobre o pregão: O edital poderá ser obtido na página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras - BNC, disponibilizado no site www.bnc.org.br ou no www.espiqaolaltoiguacu.pr.gov.br, no PNCP ou na Comissão de Licitações, localizada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, sito a Avenida Brasília, nº 551, fone: (46) 3194-0022.
Espigão Alto do Iguaçu, 02 de fevereiro de 2026.
ARNEILINDO FLAVIO DREIER
Secretário de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ
Gestão 2025 - 2028

EXTRATO DE CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

CONTRATO: 004/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU – PARANÁ.
CONTRATADA: E J R FRUTAS LTDA - ME.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS, PARA USO E CONSUMO JUNTO AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ – MERENDA ESCOLAR, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.
VALOR TOTAL: R\$ 27.656,80 (VINTE E SETE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).
ASSINATURA: 02/02/2026.
VIGÊNCIA: 01/02/2027.

CONTRATO: 005/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU – PARANÁ.
CONTRATADA: LL MERCADO LTDA - ME.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS, PARA USO E CONSUMO JUNTO AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ – MERENDA ESCOLAR, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.
VALOR TOTAL: R\$ 104.675,00 (CENTO E QUATRO MIL, SEISCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).
ASSINATURA: 02/02/2026.
VIGÊNCIA: 01/02/2027.

CONTRATO: 006/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU – PARANÁ.
CONTRATADA: RHEINHEIMER & RHEINHEIMER LTDA - EPP.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS, PARA USO E CONSUMO JUNTO AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ – MERENDA ESCOLAR, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.
VALOR TOTAL: R\$ 63.293,50 (SESSENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
ASSINATURA: 02/02/2026.
VIGÊNCIA: 01/02/2027.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900- Centro CEP 85.345-000
CGC 01.591.819/0001-36 - Fone/Fax (042) 3981-1010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 42/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 130/2024 – DATA DA ASSINATURA: 18/12/2024.

1º. TERMO ADITIVO

De 17 de dezembro de 2025.

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 130/2024 que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 01.591.818/0001-36, com endereço na Rua das Camélias, nº. 900, Centro, Porto Barreiro – Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor EMANOEL VANDERLEI VOLFF, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 644.104.129-49, portador do RG de nº. 4.142.437-0 SSP/PR, residente na Linha Volff, CEP 85.345-000, em Porto Barreiro, Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa IMPERIO PNEUS E RECAPAGENS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 36.445.798/0001-22, com endereço na Rua Jorge Alves Ribeiro, nº1750, Imóvel Morro Alto, Guarapuava - Pr, CEP 85.055-040, neste ato representado pela Sra. Fabiane Aparecida Szychta Tyski, portadora da Cédula de Identidade nº 7.336.603-8-SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 006.103.249-26, residente e domiciliada em Guarapuava-PR., a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente termo aditivo a ata de registro de preços nº. 130/2024, nos termos da Lei nº. 14.133/21 e alterações posteriores, assim como pelas cláusulas do processo de pregão eletrônico nº. 42/2024 , bem como pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o prazo de vigência da presente ata de registro de preços por 06 meses para estendê-lo até 16 de junho de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e condições previstas na ata de registro de preços nº. 130/2024 permanecem inalteradas e em pleno vigor.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal
CPF: 644.104.129-49

IMPERIO PNEUS E RECAPAGENS LTDA EPP
Empresa Contratada
CNPJ: 36.445.798/0001-22

Testemunhas:

1º. _____
CPF: _____

2º. _____
CPF: _____



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO Nº 196/2025

Termo de Rescisão do Convênio nº 196/2025 que entre si celebram a Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, e o Município de Porto Barreiro para o fim que especifica.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, instituída pela Lei nº 9.295, de 13 de junho de 1990, e transformada em autarquia pela Lei nº 9.663, de 16 de julho de 1991, entidade da administração indireta do Poder Executivo Estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997, inscrita no CNPJ nº 77.902.914/0001-72, com sede na Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, 875, Bairro Santa Cruz, da cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, CEP 85.015-430, doravante denominada UNICENTRO, neste ato representada por seu Reitor, Professor Fábio Hernandes, portador do RG nº *.773.098.* SSP/PR e CPF nº ***.206.138-**, e o MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.591.618/0001-36, com sede administrativa na Rua das Camélias, nº 900, Centro da cidade de Porto Barreiro, Estado do Paraná, CEP 85.345-000, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representada por seu Prefeito, o Senhor Emanuel Vanderlei Volff, portador do RG nº *.42.43.* SSP/PR e CPF nº ***.104.129-** firmam o presente Termo de Rescisão mediante as cláusulas a seguir:

Do objeto

Cláusula Primeira – Constitui objeto do presente instrumento a RESCISÃO bilateral do Convênio nº 196/2025, firmado entre a UNICENTRO e o Município de Porto Barreiro, nos termos da Cláusula Décima Terceira do referido Convênio, do Artigo 138 da Lei nº 14.133/2021, e demais normas regulamentadoras aplicáveis ao caso.

§ 1º A rescisão aludida neste termo é motivada pela necessidade de alteração do tipo de instrumento que regulará a parceria entre a Unicentro e o Município para desenvolver pesquisas e extensão na área de Inovação, Bioenergia e Sustentabilidade.

§ 2º Este Termo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura.

Do distrato

Cláusula Segunda – Por força da presente rescisão, as partes dão por encerrado o Convênio nº 196/2025, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

1/2

Home Page: <http://www.unicentro.br>
Câmpus Santa Cruz: Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, 875, Bairro Santa Cruz – Cx. Postal 3010 – Fone: (42) 3621-1000 - FAX: (42) 3621-1090
CEP 85.015-430 – GUARAPUAVA - PR
Câmpus Cedete: Alameda Élio Antonio Dalla Vecchia, 838, Bairro Vila Carl – Fone: (42) 3629-8100 – CEP 85.040-167 – GUARAPUAVA – PR
Câmpus de Irati: Rua Professora Maria Roza Zanon de Almeida, Bairro Engenheiro Gutierrez – Cx. Postal, 21 – Fone: (42) 3421-3000
CEP 84.500-000 – IRATI – PR



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Da publicação

Cláusula Terceira – O presente instrumento será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Paraná, no prazo de até 20 (vinte) dias contados de sua assinatura, como condição de sua eficácia, conforme disposto no art. 686 do Decreto nº 10.086/2022, de 17 de janeiro de 2022.

E assim, por estarem justos e acordados, depois de lido e cientes da conformidade, firmam o presente instrumento os seus representantes, na presença das testemunhas abaixo, dele se extraindo as cópias necessárias de igual teor e forma, para fins de Direito.

Guarapuava, datado e assinado digitalmente.

FABIO HERNANDES25020613-1
HERNANDES25020613-1
Fábio Hernandes,
Reitor da UNICENTRO.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF64410412949
VANDERLEI VOLFF64410412949
Emanuel Vanderlei Volff,
Prefeito do Município de Porto Barreiro.

Assinado de forma digital por EMANOEL VANDERLEI VOLFF64410412949
Dados: 2025.12.19 09:22:50 -03'00'

Testemunhas:

1) CPF: _____ RG: _____
2) CPF: _____ RG: _____

2/2

Home Page: <http://www.unicentro.br>
Câmpus Santa Cruz: Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, 875, Bairro Santa Cruz – Cx. Postal 3010 – Fone: (42) 3621-1000 - FAX: (42) 3621-1090
CEP 85.015-430 – GUARAPUAVA - PR
Câmpus Cedete: Alameda Élio Antonio Dalla Vecchia, 838, Bairro Vila Carl – Fone: (42) 3629-8100 – CEP 85.040-167 – GUARAPUAVA – PR
Câmpus de Irati: Rua Professora Maria Roza Zanon de Almeida, Bairro Engenheiro Gutierrez – Cx. Postal, 21 – Fone: (42) 3421-3000
CEP 84.500-000 – IRATI – PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.612.552/0001-13
e-mail: pmmarquinhoo@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2026
CONCORRÊNCIA Nº 001/2026
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência nº 001/2026.

Tipo: Melhor Técnica

Objeto: CONCESSÃO, A TÍTULO GRATUITO, DO USO DE ESPAÇO LOCALIZADO JUNTO AO PRÉDIO DO CENTRO DE SAÚDE DE MARQUINHO UNIDADE BÁSICA, DESTINADO À INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, NA MODALIDADE RAI-O-X.

Recebimento de propostas: Das 08:00 horas do dia 03 de fevereiro de 2026, até às 09:00 horas do dia 25 de março de 2026.

Realização da sessão pública: A sessão pública iniciará às 09:00 horas no dia 25 de março de 2026, no site www.licitanet.com.br

Local de Abertura/realização da sessão pública: www.licitanet.com.br

Edital: O Edital estará disponível aos interessados na Prefeitura Municipal de Marquinho, situada à Rua Sete de Setembro, s/nº, centro, em Marquinho, Estado do Paraná, durante o horário normal de expediente, das 08h00min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min. ou através do site: <http://www.marquinhoo.pr.gov.br/porta-licitacoes.php>, consulta de licitações, escolher o edital e download, e no site www.licitanet.com.br

Dúvidas: Por e-mail: marquinhoo.licitacao@gmail.com ou pelo Fone: (42) 3050-1102, no horário normal de expediente.

Publique-se. Marquinho-PR, em 02 de fevereiro de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 01.612.552/0001-13
e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR
CONTRATADA: DANIEL LONGEN 10524023999.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA E DE TORNO MECÂNICO.

Fica prorrogada até 27 de janeiro de 2027 a vigência da Ata de Registro de Preços, que tem como vencedoras as empresas já mencionadas, permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro desde que não colidam as deste termo.

Publique-se.

Município de Marquinho estado do Paraná em 27 de janeiro de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 01.612.552/0001-13
e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO N.º 018/2023

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 27 de janeiro de 2026.

- CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Paraná, com sede à Rua Sete de Setembro, s/nº, com inscrição no CNPJ sob nº. 01.612.552/0001-13.
- CONTRATADO:** TIARENO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA inscrita no CNPJ nº 34.789.636/0001-39, pessoa jurídica, com sede administrativa à Rua Romeu Karpinski Rocha, nº 3670, Sl 4, Bonsucesso, 310, Centro, CEP: 85.035-310, Guarapuava-PR.
- VALOR TOTAL:** O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de **R\$ 148.920,00** (cento e quarenta e oito mil, novecentos e vinte reais).
- OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, LICENCIAMENTO E A MANUTENÇÃO DE SOFTWARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
- PRazo DE EXECUÇÃO:** 12 (doze) meses.
- PRazo DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.
- FORO:** Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr.

Marquinho, Estado do Paraná, em 27 de janeiro de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU

Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 1/2026

O **MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU**, Estado do Paraná, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 24 de fevereiro do ano de 2026, na plataforma do Sistema BNC Bolsa Nacional de Compras <https://bnc.org.br>, CONCORRÊNCIA, NA FORMA Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do Objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Comunidade do Nova Brasília	Pavimentação em CBUQ	60.000 m²	180 dias

A pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Pública – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Guaraniacu www.guaraniacu.atende.net (licitação) e na plataforma do Sistema BNC Bolsa Nacional de Compras <https://bnc.org.br>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Guaraniaçu, 02 de fevereiro de 2026.

Juraci Ronaldo Cazella
Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU

Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 7/2026.
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O **MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU**, Estado do Paraná, torna público que será realizado certame licitatório, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL, MODO DE SUPRÊTA ABERTO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para realização de intervenções cirúrgicas (esterilização) em caninos, no município de Guaraniaçu, conforme descrito no presente Edital e seus anexos, na data, horário e local indicados abaixo. O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, Lei complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 5.668/23 e demais legislações pertinentes.

Limite para acolhimento das propostas: 20.02.2026 às 08:30 h
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO
Data: 20.02.2026 - Horário: 09:00 horas. Horário de Brasília
Local: Sistema BNC Bolsa Nacional de Compras <https://bnc.org.br>

Outras informações, poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras do município à Av. Abilon de Souza naves 458, no horário das 8: 00 às 11: 30 e das 13: 00 às 17: 00 h, de segunda a sexta-feira, fone (45) 3232-1162, site www.guaraniacu.atende.net (licitações) ou E-mail: licitacao@guaraniacu.pr.gov.br.

PUBLIQUE-SE

Guaraniaçu, 02 de fevereiro de 2026.

Juraci Ronaldo Cazella
Prefeito.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA – PR
Aditivo 02 ao Contrato nº 101/2023 – Pregão Eletrônico nº 84/2023 – Contratante: Município de Coronel Vívda. Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES - CEINEE, CNPJ nº 07.136.551/0001-26. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 meses, de 06 de fevereiro de 2026 a 05 de fevereiro de 2027. Taxa de administração: 1,77%. O valor total deste, somando a estimativa de despesa anual com bolsa estágio e a taxa administrativa proposta é de R\$ 1.221.240,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 28 de janeiro de 2025. João Marcos Miotto, Prefeito em exercício.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
ADITIVO Nº 01 - Ata de Registro de Preços nº 48/2025 - Pregão Eletrônico nº 84/2024 – Contratante: Município de Coronel Vívda. DETENTORA: ASSISPEC – ASSISTÊNCIA PECUÁRIA LTDA CNPJ/MF sob o n.º 09.581.750/0001-79. Prorroga-se a vigência da ata de registro de preços por mais 12 (doze) meses, de 24 de março de 2026 a 23 de março de 2027. Conforme relatório do saldo restante do lote, de 28/01/2026. Fica reajustado o valor unitário dos itens do lote 01, com base no INPC de dezembro de 2025, na ordem de 3,897870%. O valor total estimado deste aditivo é de R\$ 85.810,50. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 28 de janeiro de 2026. João Marcos Miotto, Prefeito em exercício.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
ADITIVO Nº 01 - Ata de Registro de Preços nº 49/2025 - Pregão Eletrônico nº 84/2024 – Contratante: Município de Coronel Vívda. DETENTORA: NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA CNPJ/MF sob o n.º 09.492.811/0001-21. Prorroga-se a vigência da ata de registro de preços por mais 12 (doze) meses, de 24 de março de 2026 a 23 de março de 2027. Conforme relatório do saldo restante dos lotes, de 28/01/2026 e solicitação do contratante, sem reajuste de valores, para o presente aditamento. O valor total estimado deste aditivo é de R\$ 150.000,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 28 de janeiro de 2026. João Marcos Miotto, Prefeito em exercício.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
Aditivo nº 01 ao CONTRATO nº 18/2025 – Inexigibilidade nº 07/2025 - Contratante: Município de Coronel Vívda. Contratada: GASOT E MARQUES SERVIÇO DE RADIOLOGIA LTDA, CNPJ nº 35.502.138/0001-73. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de 03 de março de 2026 a 02 de março de 2027. Os valores permanecem inalterados. O valor total deste aditamento é de R\$ 228.121,35. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 02 de fevereiro de 2026. João Marcos Miotto, Prefeito em exercício.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
Aditivo nº 01 ao CONTRATO nº 31/2025 – Inexigibilidade nº 12/2025 - Contratante: Município de Coronel Vívda. Contratada: ABG SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAUDE LTDA, CNPJ nº 33.696.164/0001-54. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de 07 de abril de 2026 a 06 de abril de 2027. Os valores permanecem inalterados. O valor total deste aditamento é de R\$ 228.121,35. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 29 de janeiro de 2026. João Marcos Miotto, Prefeito em exercício.

CONTRATO nº 09/2026 – Dispensa de Licitação nº 02/2026 – Município de Coronel Vívda. CONTRATADA: ISSOC CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 24.227.299/0001-80. Objeto: Contratação de empresa especializada para a Obtenção de Licenciamento Ambiental – PRAD, PCA; Elaboração De Inventário Florestal; Elaboração De Plano De Manejo De Fauna; Elaboração De Mapa Georreferenciado. Valor total: R\$ 64.000,00. Prazo de vigência: 12 meses, 02 de fevereiro de 2026 a 01 de fevereiro de 2027. Coronel Vívda, 30 de janeiro de 2026. João Marcos Miotto, Prefeito em exercício.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA ESTADO DO PARANÁ.
Edital nº. 033/2026 de 02/02/2026 – Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2025 de 07/04/2025 Súmula: Exclução do(a) Candidato(a) convocado(a) através do Edital nº. 032/2026 de 29/01/2026.
Edital nº. 034/2026 de 02/02/2026 – Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2025 de 07/04/2025 Súmula: Convocação de Candidato(a)s habilitado(a)s no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2025 de 07/04/2025.
Cargo Público: **Professor Municipal Temporário**

Ordem Nº.	Classificação	Nome do Candidato	Nº Protocolo
1	19º	ANGELA HORT DE LIMA SALVADOR	1653/25
2	21º	RAQUEL MARIA FERNANDES	1669/25
3	29º	DARIANE BORTOLINE DA ROSA	1937/25
4	31º	ELISABET ROSA DOS SANTOS	1917/25

A publicação na íntegra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/emp/> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL ON-LINE - LEI 9.514/97

1º LEILÃO: 02/03/2026, às 08:30 horas (por lance não inferior à avaliação).
2º LEILÃO: 03/03/2026, às 08:30 horas (pelo maior lance oferecido desde que seja igual ou superior ao valor integral da dívida garantida pela alienação fiduciária, das despesas, inclusive emolumentos cartorários, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais, podendo, caso não haja lance que alcance referido valor, ser aceito pelo credor fiduciário, a seu exclusivo critério, lance que corresponda a, pelo menos, metade do valor de avaliação do bem.
LOCAL ON-LINE: O leilão será realizado exclusivamente on-line no site do leiloeiro – www.simonleiloes.com.br –. O interessado em participar deverá se cadastrar previamente no site do leiloeiro e solicitar habilitação para participar do leilão.
A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL TRADIÇÃO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 05.528.196/0001-05, NIRE Nº 4140001535-1, com sede na Via do Conhecimento, nº 1911, Km 02, Núcleo Bom Retiro, Pato Branco/PR, torna público que venderá através de Leilão Público realizado pelo leiloeiro Público Oficial ELTON LUIZ SIMON, matrícula JUCEPAR 09/023-L, nas datas, horários, local e condições de acordo com este Edital de Leilão, do imóvel abaixo descrito, recebido em decorrência da consolidação da propriedade em seu favor, no Termo de Confissão de dívida nº20/2025, firmado por JOÃO PAULO BUREI, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade nº 72721152/SESP/PR, inscrito no CPF sob nº034.097.429-05, residente e domiciliado no Sítio Duas Barras, interior, Virmond/PR, e, MARTA ANDREA KONOROVSKI BUREI, brasileira, casada, agricultora, RG nº 8.001.170-9/SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 047.621.059-37, residente e domiciliada na Linha Rio Topera, zona rural, Virmond/PR, Telefone: (42) 99143-7073.
DESCRIÇÃO DO BEM: *Parte de um imóvel rural, localizado no imóvel denominado Campo das Crianças, na área rural de Virmond/PR, com área de 66.500,00m², pertencente ao devedor João Paulo Burei e sua esposa, dentro de uma área maior com 266.200,00 m², com 19ha de área mecanizada com declive e levemente ondulada e aproximadamente 4ha de área de pastagens, topografia ondulada, com benfeitorias, 5 km até a BR 277, com limites e confrontações constantes na matrícula 7.811 do CRI de Cantagalo/PR.*
ÔNUS: R.20/7.811 alienação fiduciária em favor do financiador CRESOL VALE DAS ÁGUAS PR/MG, CNPJ: 04.663.561/0001-42, em que foi alienado parte ideal de 66.500,00m² pertencente ao garantidor fiduciante LUIZ FERNANDO BUREI.
No PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO, o lance mínimo será de R\$ 565.250,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil duzentos e cinquenta reais), podendo tal valor ser atualizado até o leilão. Caso não haja licitante, no SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO, o imóvel será vendido pelo maior lance oferecido, atendendo o lance total mínimo de R\$ 453.092,73 (quatrocentos e cinquenta e três mil e noventa e dois reais e setenta e três centavos), podendo ser atualizado até o 2º leilão, se for o caso. Caso não haja lance que alcance referido valor, poderá ser aceito pelo credor fiduciário, a seu exclusivo critério, lance que corresponda a, pelo menos, metade do valor de avaliação do bem.
O interessado em participar do leilão de forma on-line deverá se cadastrar no site do leiloeiro, encaminhar a documentação e solicitar habilitação, em tempo hábil para participação on-line. É assegurado ao devedor(es) fiduciante(s) o direito de preferência para adquirir o(s) imóvel(is) até a data da realização do segundo leilão nos termos do art. 27 § 2º-B da Lei 9.514/97. A arrematação ficará, portanto, condicionada ao não exercício da preferência pelo(s) devedor(es) fiduciante(s).
Correrão por conta do arrematante todas as despesas com alvarás, registros, certidões, emolumentos cartorários, etc, despesas com regularização e encargos de eventuais áreas construídas a maior, bem como a desocupação (em caso de imóvel ocupado) nos termos do art. 30 da lei 9.514/97, ficando o arrematante responsável também por reparos e regularizações necessárias, ainda que originadas antes da data do leilão público.

O bem mencionado acima será vendido sob a forma “AD CORPUS”, no estado de conservação e condição em que se encontra, pressupondo-se tenha sido previamente examinado pelo licitante, não cabendo, pois, a respeito dele, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas. As fotos são meramente ilustrativas. As áreas mencionadas nos editais e materiais de divulgação são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário. Deverá o interessado identificar-se previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal aos imóveis, no tocante ao uso do solo ou zoneamento, passivo ambiental, e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação. O pagamento de débitos condominiais ou tributos, se houver, vencidos e/ou vincendos, incidentes sobre o imóvel, é de responsabilidade do arrematante. O imóvel será vendido nas condições fiscais em que se apresentam perante os órgãos públicos, obrigando-se o arrematante a regularização junto aos órgãos competentes. A Credora Fiduciária não responde por débitos de INSS que por ventura existam ou vierem a existir, bem como qualquer outro ônus, providências ou encargos necessários. O Arrematante/Comprador ficará obrigado a firmar a escritura pública definitiva tão logo concluídas todas as regularizações e providências necessárias. Serão de responsabilidade do Arrematante/Comprador todas as providências e despesas necessárias à transferência do imóvel. Todas as providências e despesas necessárias à desocupação do imóvel, ocupados a qualquer título, correrão por conta exclusiva do Arrematante. Eventuais regularizações da matrícula correrão por conta do arrematante. Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o Vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas.
ressalta-se que o imóvel discriminado foi adquirido pela consolidação de propriedade fiduciária e retomado pela Credora Fiduciária nos termos da Lei nº 9.514/97, estando atualmente a propriedade consolidada em nome da Credora Fiduciária.
As imagens divulgadas no site do leiloeiro são meramente ilustrativas, sendo responsabilidade do arrematante constatar a localização e situação real do bem. As demais condições obedecerão o Decreto 21.981/32 com as alterações introduzidas pelo Decreto 22.427/33 e Lei 13.138/2015 que regula a profissão de Leiloeiro e pela Lei 9.514/97.
FORMA DE PAGAMENTO: No prazo de vinte e quatro horas contados a partir da arrematação, o arrematante pagará ao Credor Fiduciário à vista, mediante depósito em conta da Credora Fiduciária o valor da arrematação. (Eventuais outras formas dependerão de autorização expressa do Credor Fiduciário).
COMISSÃO DO LEILOEIRO: a) 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns) nos casos de arrematação, a ser paga pelo arrematante; b) 5% (cinco por cento) sobre o valor da dívida em caso de exercício do direito de preferência, a ser paga pelo devedor; c) 5% (cinco por cento) sobre o valor da dívida em caso de acordo a ser paga pelo devedor; d) 2% (dois por cento) sobre a avaliação do(s) bem(ns) nos casos de leilão negativo.
MAIS INFORMAÇÕES: Com o leiloeiro pelo telefone (46) 3225-2268, site: www.simonleiloes.com.br e e-mail: simonleiloes@simonleiloes.com.br
Pato Branco/PR, 22 de janeiro de 2026.

FERNANDO ALAN
TÔNUS:03066534944

Assinado de forma digital por
FERNANDO ALAN
NEITZKE:33949773053

MARELI LINCK
Assinado de forma digital por
MARELI LINCK
NEITZKE:33949773053

Assinado de forma digital por
JOÃO MARCOS MIOTTO
NEITZKE:33949773053

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL TRADIÇÃO
Credora Fiduciária



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº. 95.587.663/0001-60
Rua Rio Grande do Sul, nº. 2122, Centro – CEP: 85.350-000
E-mail: contato@cmnl.pr.gov.br / legislativo@cmnl.pr.gov.br
Fone: (42) 99913-5236



LEI Nº. 1.517, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: Denomina Rua Marino Elson Caimi, a via pública que menciona.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E O PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONOU TACITAMENTE E EU ADAIR ONETTA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, COM FULCRO NO ARTIGO 46, IV DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL MANDO PROMULGAR A SEGUINTE LEI:


Art. 1º. A Rua Projetada E, no Núcleo Mittanck, localizada na sede do Município, fica denominada **MARINO ELSON CAIMI**.

Art. 2º. A denominação passará a constar nos documentos públicos expedidos pela Municipalidade.


Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Adair Onetta
ADAIR ONETTA
PRESIDENTE DA CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº. 95.587.663/0001-60
Rua Rio Grande do Sul, nº. 2122, Centro – CEP: 85.350-000
E-mail: contato@cmnl.pr.gov.br / legislativo@cmnl.pr.gov.br
Fone: (42) 99913-5236



LEI Nº. 1.518, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: Denomina a Rua D localizada no Loteamento Kolak Petrô, na sede do município de Nova Laranjeiras.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E O PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONOU TACITAMENTE E EU ADAIR ONETTA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, COM FULCRO NO ARTIGO 46, IV DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL MANDO PROMULGAR A SEGUINTE LEI:


Art. 1º. A rua D localizada no Loteamento Kolak Petrô, na sede do município de Nova Laranjeiras, fica denominada de rua **SIDNEI ANTONIO SILVA**.

Art. 2º. A denominação passará a constar nos documentos públicos expedidos pela Municipalidade.


Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Adair Onetta
ADAIR ONETTA
PRESIDENTE DA CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº. 95.587.663/0001-60
Rua Rio Grande do Sul, nº. 2122, Centro – CEP: 85.350-000
E-mail: contato@cmnl.pr.gov.br / legislativo@cmnl.pr.gov.br
Fone: (42) 99913-5236



LEI Nº. 1.519, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: DENOMINA O PRÉDIO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO GUARÁI, SITUADO NA RUA NICANOR TAVARES DOS SANTOS, NO DISTRITO DE GUARÁI NO MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS – PR.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E O PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONOU TACITAMENTE E EU ADAIR ONETTA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, COM FULCRO NO ARTIGO 46, IV DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL MANDO PROMULGAR A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica Denominado **NEURI VERONESE**, o Prédio do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Guarái, situado na Rua Nicanor Tavares dos Santos, no Distrito de Guarai no Município de Nova Laranjeiras – PR.

Art. 2º. A denominação de que trata esta Lei deverá constar em todos os documentos oficiais e identificações externas do referido prédio, expedidos ou mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Adair Onetta
ADAIR ONETTA
PRESIDENTE DA CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº. 95.587.663/0001-60
Rua Rio Grande do Sul, nº. 2122, Centro - CEP: 85.350-000
E-mail: contato@cmnl.pr.gov.br / legislativo@cmnl.pr.gov.br
Fone: (42) 99913-5236

**LEI Nº. 1.520, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.**

SÚMULA: Denomina Ponte Olacir Wrublak, na localidade do rio Periquito, no município de Nova Laranjeiras.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E O PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONOU TACITAMENTE E EU ADAIR ONETTA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, COM FULCRO NO ARTIGO 46, IV DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL MANDO PROMULGAR A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. A ponte localizada na comunidade do rio Periquito, no município de Nova Laranjeiras, fica denominada **PONTE OLACIR WRUBLAK**.

Art. 2º. A denominação passará a constar nos documentos públicos expedidos pela Municipalidade.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Adair Onetta
ADAIR ONETTA
PRESIDENTE DA CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº. 95.587.663/0001-60
Rua Rio Grande do Sul, nº. 2122, Centro - CEP: 85.350-000
E-mail: contato@cmnl.pr.gov.br / legislativo@cmnl.pr.gov.br
Fone: (42) 99913-5236

**LEI Nº. 1.521, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.**

SÚMULA: Denomina Ponte Floriano Wrublak, na localidade do Rio da Prata, Linha Wrublak, no município de Nova Laranjeiras.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E O PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONOU TACITAMENTE E EU ADAIR ONETTA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, COM FULCRO NO ARTIGO 46, IV DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL MANDO PROMULGAR A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. A ponte localizada na comunidade Rio da Prata, Linha Wrublak, no município de Nova Laranjeiras, fica denominada **PONTE FLORIANO WRUBLAK**.

Art. 2º. A denominação passará a constar nos documentos públicos expedidos pela Municipalidade.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Adair Onetta
ADAIR ONETTA
PRESIDENTE DA CÂMARA

As pessoas nunca buscaram por tanta informação.

Esse é o momento de você anunciar aqui.



☎ (42) 9 8428-1511

📘 /jcorreiodopovo

📷 @jcorreiodopovo

🎵 @jcorreiodopovo

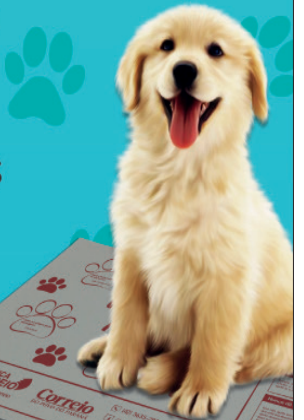
Fale com a gente
(42) 3635-2944

Correio
DO POVO DO PARANÁ

Pypy pet

- Prático
- Econômico
- Higiênico

Ideal para pets que fazem suas necessidades dentro de casa



Adquira já

☎ **(42) 3635-2944**

Correio
DO POVO DO PARANÁ



GRUPO CORREIO
Correio DO POVO DO PARANÁ GRÁFICA CORREIO extra CORREIO K9

Sobre nós

O Grupo Correio é a soma de cinco negócios dedicados a comunicação. Somos apaixonados por contar histórias e valorizar a imagem de nossos clientes. A partir da sinergia criada entre a agência de publicidade, a gráfica, a solução visual e os jornais, contribuímos para gerar valor aos empreendimentos de nossos parceiros e principalmente apoiar o crescimento da região da Cantu. Venha saber mais...



Jornal



Marketing e Consultoria



Comunicação Visual



Gráfica

www.jcorreiodopovo.com.br

www.extraguarapuava.com.br

(42) 3635-2944 | Rua Coronel Guilherme de Paula, 876, Centro - Laranjeiras do Sul - PR

SANGUE + DOAÇÃO

é ver sua vida correr em outras veias!

(Sergio fornasari)

Correio
DO POVO DO PARANÁ